

# Estudo Técnico Preliminar 7/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 60041.000870/2022-48

## 2. Descrição da necessidade

2.1. O planejamento de aquisição levou em consideração o consumo previsto para 12 (doze) meses, a partir de janeiro de 2023, considerando os gêneros alimentícios necessários para a elaboração dos cardápios para um efetivo de 70 (setenta) comensais diários no refeitório do 6º andar, recebimento de comitivas de autoridades nacionais, internacionais, Chefes de Estado e bem como o consumo das copas e atendimentos de apoio neste Gabinete, instrução TAF, TAT e evento institucional de 7 setembro.

2.2. Os gêneros alimentícios adquiridos pela agricultura familiar fomentam a economia de empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, de modo a este Ministério se enquadrar a lei de Política Nacional da Agricultura Familiar de incentivo a pequenos produtores.

2.3. Os produtos solicitados devido à baixa perecibilidade, poderão ser entregues parceladamente conforme a necessidade do órgão, com pedido mínimo de quantidades equivalentes a 33 % do quantitativo global, caracterizado em 3 vezes na vigência do contrato, ou podendo ocorrer em remessa única do produto, tendo em vista os prazos de validade de cada item, seguindo a prerrogativa de "Primeiro que Vence, Primeiro que Sai", como também em congruência com o espaço físico disponível no depósito de gêneros coordenado pela SEGA.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Assessoria de Cerimonial (GM)	Carlos Victor Teixeira de Vasconcelos

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A descrição dos requisitos para a escolha da solução, tem como objetivo à aquisição de gêneros secos e produtos de origem animal proveniente da Agricultura Familiar e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2016, por meio da modalidade Compra Institucional do Programa Aquisição de Alimentos, por meio de **Chamada Pública**, visando atender as necessidades do Ministério da Defesa – MD, conforme condições, quantidades e exigências.

4.2. O objeto desta chamada pública, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, não possui natureza continuada, sendo assim, não havendo a necessidade de prorrogação contratual para além da vigência comum de 12 (doze) meses prevista no art. 105 na Lei nº 14.133/2021.

4.3. Para o presente processo, não existem requisitos mínimos para a satisfação, pois trata-se de aquisições de gêneros alimentícios e não haverá a necessidade de local apropriado para os trabalhadores, tanto nas liberações de trânsito como liberações específicas de órgãos de fiscalizações.

4.4. Critérios e práticas de sustentabilidade:

4.4.1. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental, a CONTRATADA deverá adotar as práticas de sustentabilidade previstas no art. 6º, da IN nº 1/SLTI/MPOG/2010, quando couber;

4.4.2. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.4.2.1. Os produtos deverão conter em sua embalagem as informações previstas para rotulagem de produto;

4.4.2.1.1. A rotulagem deverá ser aprovada (registrada) pelo órgão competente, constando nesta, nome e informações sobre o produto, lote, data de fabricação e de validade, CNPJ, nome e endereço do fabricante/fornecedor, condições de armazenamento, nomenclatura do material, unidade de fornecimento, quantidade e peso da embalagem;

4.4.2.1.2. A embalagem deve ser fabricada em material atóxico, limpa, sem rasgos, amassados, cortados, sem sinais de ferrugens, furados ou qualquer dano que possa ocasionar alterações ao produto;

4.5. A CONTRATADA deverá estar alinhada com a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, observando a correta aplicação nos produtos de origem agrícola.

4.6. O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 5ª edição, revista, atualizada, ampliada - agosto/2022) e demais Legislações Específicas para a presente contratação, dispõem de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente instrumento sobre procedimentos e determinações acerca da Chamada Pública e características de produtos alimentícios, portanto, devem ser observados todos os critérios sustentáveis.

4.7. Agrotóxicos – Segurança e regramentos para o uso:

4.7.1. Produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou plantadas, e de outros ecossistemas e de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como as substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento, conforme Decreto nº 4.074/2002, art. 1º, IV.

4.8. Aquisições de Alimentos – Programa Aquisição de Alimentos, regidos pela Medida Provisória nº 1.166/ 2023, com fulcro no art. 4º da Resolução nº GGALIMENTA 3/2022 – Dispensa de Licitação – Chamada Pública:

## 5. Levantamento de Mercado

**A) SER CONSIDERADAS CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS, BEM COMO POR ORGANIZAÇÕES PRIVADAS, NO CONTEXTO NACIONAL OU INTERNACIONAL, COM OBJETIVO DE IDENTIFICAR A EXISTÊNCIA DE NOVAS METODOLOGIAS, TECNOLOGIAS OU INOVAÇÕES QUE MELHOR ATENDAM ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO;**

5.1. Inicialmente, é importante ressaltar que a análise das alternativas possíveis de solução para o objeto em pauta se faz necessária, uma vez que esta Equipe de Planejamento de Aquisições não visualiza outra solução possível para o atendimento da demanda apresentada, tendo em vista o prosseguimento na continuidade nas readequações dos ambientes vislumbradas por esse Ministério.

5.2. Considerando as alternativas possíveis para solucionar a demanda apresentada, esta equipe buscou comparar os objetos de contratações similares realizados por outras UASGs.

5.3. Este estudo considera, ainda, que o serviço demandado já foi licitado no ano de 2022 por esse Ministério, conforme processo 60041.001521/2021-62, que foi analisado, a fim de realizar amplo levantamento das contratações públicas inerentes a Chamadas Públicas, conforme será detalhado nos itens seguintes.

5.4. No Levantamento de mercado, realizado por meio do Portal de Compras da Agricultura Familiar do Ministério da Agricultura e Pecuária, acessado em 07 de fevereiro de 2023 às 10h15m (horário de Brasília), no seguinte endereço: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/paa/chamadas-publicas-e-resultados/chamadas-encerradas>, pode ser observado que é comum a aquisição do material através da realização de chamadas públicas como pode ser observado abaixo, que contêm itens com características similares aos pretendidos neste instrumento:

ÓRGÃO GERENCIADOR	CHAMADA	DATA DO CERTAME
COMANDO DA AERONÁUTICA	003/2022	12/09/2022
BATALHÃO DE INFANTARIA DO EXÉCITO BRASILEIRO	002/2022	26/09/2012
COMANDO DA 8ª REGIÃO MILITAR	001/2022	10/08/2020

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE DO EXÉCITO BRASILEIRO	001/2022	26/09/2012
--	----------	------------

5.5. Da análise das contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, certifica-se que não foi identificada a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades desta Administração.

**B) SER REALIZADA AUDIÊNCIA E/OU CONSULTA PÚBLICA, PREFERENCIALMENTE NA FORMA ELETRÔNICA, PARA COLETA DE CONTRIBUIÇÕES;**

5.6. Não há necessidade da realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições tendo em vista que a presente aquisição se trata de um material comum, de acordo com inciso XLI do art. 6º, da Lei 14.133 de 2021, e o quantitativo a ser adquirido ser facilmente disponibilizado pelo mercado.

5.7. Ademais, após o levantamento do mercado de que trata a alínea anterior, a quantidade de fornecedores em potencial não foi considerada restrita. Em virtude do exposto, não foi julgado como necessária a retificação da especificação técnica dos itens que se pretende adquirir, uma vez que todos os requisitos descritos são indispensáveis para o atendimento da demanda.

**C) EM CASO DE POSSIBILIDADE DE COMPRA, LOCAÇÃO DE BENS OU DO ACESSO A BENS, SER AVALIADOS OS CUSTOS E OS BENEFÍCIOS DE CADA OPÇÃO PARA ESCOLHA DA ALTERNATIVA MAIS VANTAJOSA, PROSPECTANDO-SE ARRANJOS INOVADORES EM SEDE DE ECONOMIA CIRCULAR; E**

5.8. Não se aplica.

**D) SER CONSIDERADAS OUTRAS OPÇÕES LOGÍSTICAS MENOS ONEROSAS À ADMINISTRAÇÃO, TAIS COMO CHAMAMENTOS PÚBLICOS DE DOAÇÃO E PERMUTAS.**

5.9. Não se aplica ao objeto desta aquisição.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A descrição dos requisitos para a escolha da solução, abrange a aquisição de gêneros alimentícios, conforme minudenciado neste Estudo Técnico Preliminar, visa atender as necessidades do Ministério da Defesa, com a compra institucional por meio da Chamada Pública, por um período de 12 (doze) meses.

6.2. Em decorrência da característica do objeto da aquisição não se vislumbra, neste momento, vantagem e/ou necessidade de contratação de manutenção e de assistência técnica relacionada.

### **6.3. Qualificação Técnica:**

6.4. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

6.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta aquisição, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Somente para os itens mencionados na tabela abaixo. Conforme prescreve o §1º do art. 67, da lei nº 14.133/21;

*“§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação. ”*

ITEM	DOCUMENTAÇÃO
Itens 1, 2, 3, 7 e 13	Comprovação de capacidade de entrega de item/ gênero alimentício de forma geral, que comportem ao menos 30% da quantidade solicitada.

6.4.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

6.4.2.1. CNPJ da licitante; e

6.4.2.2. O Nome completo, telefone e assinatura do responsável pela sua emissão e CNPJ e Razão Social da empresa.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1. Em observância ao disposto do inciso III, do art. 40, da Lei nº 14.133/21, as quantidades a serem adquiridas são justificadas em função do consumo e provável utilização.

7.2. O planejamento da aquisição levou em consideração o histórico de consumo do período de 2018 a 2021, visando garantir o quantitativo necessário para atendimento de 12 (doze) meses.

7.3. Quadro demonstrativo de consumo e previsão de aquisição:

ITEM	DESCRIÇÃO /ESPECIFICAÇÃO	QTD A CONTRATAR	QTD ADQUIRIDA EM 2018	QTD ADQUIRIDA EM 2019	QTD ADQUIRIDA EM 2020	QTD ADQUIRIDA EM 2021
1	Banha Suína	104	00	00	00	00
2	Açúcar tipo Cristal	1250	12.091	8.400	7.683	3.183

3	Açúcar tipo Refinado	1000	14.306	3.546	2.916	00
4	Feijão Preto	104	3.563	748	254	350
5	Feijão Cariquinha	52	2.270	1.458	376	857
6	Feijão Branco	52	76	34	19	00
7	Arroz Branco; Tipo: Longo fino; Sub Classe: Polido	52	3.140	1.298	234	57
8	Arroz Agulhinha integral; Tipo: Longo fino; Sub Classe: integral	104	264	674	142	72
9	Macarrão parafuso	52	730	676	769	1.001
10	Macarrão Talharim	52	677	522	32	36
11	Macarrão espaguete	104	1.054	584	509	224
12	Farinha de trigo	156	605	554	219	314
13	Azeite de Oliva Extra Virgem	364	6.131	4.118	2.913	1.657

DFD nº 41/ASCER/GM-MD (5942852) e Despacho nº 595/SEGAL/COSER MD/GESEP/DESEG /SEORI/SG-MD (6586877) ajustando as quantidades\*

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 34.386,20

8.1. A estimativa do valor da contratação, quantidades, especificações e valor máximo aceitável desta contratação são as constantes do quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	QTD	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	
					UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$

1	Banha Suína	17302	POTE 900g	104	R\$ 24,74	R\$ 2.572,96
2	Açúcar Tipo Cristal	463988	Pacote 2 KG	1250	R\$ 8,28	R\$ 10.350,00
3	Açúcar Tipo Refinado	463994	Pacote 1 KG	1000	R\$ 4,83	R\$ 4.830,00
4	Feijão Preto	472894	Saco 1 Kg	104	R\$ 7,63	R\$ 793,52
5	Feijão Cariquinha	464553	Saco 1 Kg	52	R\$ 9,15	R\$ 475,80
6	Feijão Branco	464559	Saco 500 g	52	R\$ 8,42	R\$ 437,84
7	Arroz Branco; Tipo: Longo Fino; Subclasse: Polido	458904	Saco 5 Kg	52	R\$ 26,61	R\$ 1.383,72
8	Arroz Agulhinha Integral	458906	Saco 1 Kg	104	R\$ 8,10	R\$ 842,40
9	Macarrão Parafuso	458980	Saco 500 g	52	R\$ 4,84	R\$ 251,68
10	Macarrão Talharim	458961	Pacote 500 g	52	R\$ 7,44	R\$ 386,88
11	Macarrão Espaguete	458955	Pacote 500 g	104	R\$ 4,94	R\$ 513,76
12	Farinha de Trigo	460263	Pacote 500 g	156	R\$ 6,59	R\$ 1.028,04
13	Azeite de Oliva Extra Virgem	478822	Garrafa 500 ml	364	R\$ 28,90	R\$ 10.519,60
<b>CUSTO TOTAL GERAL (R\$)</b>						<b>R\$ 34.386,20</b>

Despacho nº 595/SEGAL/COSER MD/GESEP/DESEG/SEORI/SG-MD (6586877)

8.2. As memórias de cálculos acompanhadas dos preços referências (Máximo Aceitável), conforme prescreve o inc. VI, do art. 9º da IN 58/2022, são aquelas elaboradas através do Mapa Comparativo dos Preços (**6494422**) e posterior Análise Crítica dos Preços (**6494428**), realizada pelo Núcleo de Pesquisa de Preços – NUPP, deste Ministério.

8.3. Quanto ao sigilo do valor da aquisição até a conclusão da chamada pública (inc. VI, do art. 9º da IN 58/2022), conclui-se que não possui necessidade de ser classificada como sigiloso ou restrito, uma vez que considerando a divulgação e transparência do valor máximo estimado poderá auxiliar ao concorrente na elaboração de sua proposta de preços com o valor real e ajustado de mercado para o item, justificando a devida solução de mercado, pela sua efetividade e economicidade para a Administração Pública, uma vez que evitará ocorrência de superfaturamento na apresentação da proposta e auxiliará os processos administrativos na tomada de decisão do Pregoeiro/ agente de contratação.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em regra, conforme inciso VII, art.18 da Lei 14.133/2021, o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala.

9.2. A despeito disso, o inciso I, § 2º em seu art. 40º, previu a possibilidade de divisão do objeto em lotes:

“§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes; ”

9.3. Em virtude de acudir o maior número de interessados em participar da licitação sem prejudicar o ganho da aquisição em escala (Súmula nº 247 do TCU), optou-se pela organização do certame em itens. É necessário salientar que a divisão levou em consideração a diferenciação das características técnicas dos bens a serem adquiridos.

9.4. Opção de aquisição por: Menor preço unitário.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Quanto a aquisições correlatas e/ou interdependentes para os materiais disponibilizados pela Agricultura familiar pelas Chamadas Públicas, informo que os referidos itens com características iguais ou semelhantes foram adquiridos recentemente, nos presentes instrumentos abaixo:

10.2. Como contratação correlata há o processo 60585.001840/2020-40, o qual tratou sobre o mesmo tema no ano de 2020.

10.3. Como contratação correlata há o processo 60041.001521/2021-62, onde a maioria dos itens foram desertos, tendo em vista que não houve interessados em fornecer propostas.

10.4. Desse modo, o presente processo tem como base os processos supracitados, visando à continuidade, o aperfeiçoamento e o êxito das contratações futuras.



## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. De acordo com o art. 16 do Decreto 10.947 de 25 de janeiro de 2022, durante o ano de sua execução, o Plano de Contratações Anual (PCA), poderá ser alterado, por meio de justificativa aprovada pela autoridade competente

11.2. Parágrafo único. O Plano de Contratações Anual (PCA) atualizado e aprovado pela autoridade competente será disponibilizado automaticamente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observado o disposto no art. 14 do Decreto 10.947/22.

11.3. O material a ser adquirido consta no DFDe nº 1633 junto ao SIASG do PCA 2023, no valor total estimado de R\$ 378.014,06 (Trezentos e setenta e oito mil e quatorze reais e seis centavos).

11.3.1. A aquisição foi planejada no PCA 2023, e consta no projeto 110404\_262/2022.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O resultado pretendido será alcançado com a aquisição dos materiais, que englobam o presente processo de modo que este atenda às necessidades do Ministério da Defesa - MD.

12.1.2. Os ganhos diretos que se almejam com a contratação, estão relacionados na justificativa da aquisição, conforme previsto no item 2 deste instrumento.

12.1.3. Em se tratando de Desenvolvimento Nacional Sustentável, o Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 5ª edição, revista, atualizada, ampliada - agosto/2022, **dispõem de critérios de sustentabilidade** para o objeto do presente processo, conforme previsto no item 4 deste instrumento.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não serão necessárias providências para à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual, tendo em vista que se trata de uma aquisição de material comum.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Com a finalidade de mitigar os possíveis impactos ambientais negativos e buscando sanar os riscos ambientais existentes, esta administração realizou a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental, conforme minudenciado no item 4. deste instrumento.

14.2. Neste instrumento, sempre que possível e no que couber, deve ser observado, quando da aquisição de bens, o atendimento às normas técnicas, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), nos termos da Lei nº 4.150/62, bem como outras similares tudo com o objetivo de aferir e garantir a aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados. Ainda, deverão ser observados, quando

couber, os critérios contidos no art. 5º, § 1º, da IN/SLTI nº 01/2010 e os critérios de sustentabilidade ambiental.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Esta Equipe de Planejamento da Contratação declara a viabilidade e a razoabilidade da aquisição de gêneros alimentícios, por meio de chamada pública com base nos elementos expostos neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art. 9º da IN 58/2022, da SEGES/ME.

15.2. De acordo com a PORTARIA DEADI/SEORI/SG-MD Nº 1098, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2023 (6077387), publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD nº 7, de 17 de fevereiro de 2023 (6078331), foi designada a equipe de planejamento da contratação conforme segue:

I - Na condição de integrante requisitante: servidor JOSÉ MARIA DA ANUNCIAÇÃO OLIVEIRA SERJA, CPF: \*\*\*.755.754-\*\*, lotado na Assessoria de Cerimonial (ASCER);

II - Na condição de integrante administrativo: 1º Ten MB - UIARA ALVES DOS SANTOS MOREIRA, \*\*\*.346.481-\*\*, lotada na Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ); e

III - Na condição de integrante técnico: 3º SG GABRIEL ZAREBA ESTEVÃO, CPF: \*\*\*.205.187-\*\*, lotado na Assessoria de Cerimonial (ASCER).

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JOSE MARIA DA ANUNCIACAO OLIVEIRA SERJA**

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 17/10/2023 às 17:48:07.

**GABRIEL ZAREBA ESTEVAO**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 17/10/2023 às 17:38:10.*

**UIARA ALVES DOS SANTOS MOREIRA**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 17/11/2023 às 11:16:53.*